

SUPERSALÁRIOS

STF: penduricalhos na mira

Julgamento sobre a legalidade de remunerações que superam o teto do funcionalismo entra na pauta de quarta-feira do Supremo

» WAL LIMA

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, na próxima quarta-feira, o julgamento sobre a legalidade das chamadas verbas indenizatórias — também conhecidas como penduricalhos — pagas a integrantes do alto escalão do funcionalismo público, e que extrapolam o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil. Esses privilégios, há tempos, geram perdas bilionárias para os cofres públicos de recursos que poderiam estar sendo investidos na Saúde, na Educação e na Segurança Pública.

A análise envolve decisões dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes que restringiram o pagamento de benefícios não previstos expressamente em lei. Em fevereiro, Dino defendeu a suspensão de auxílios, gratificações e outras parcelas que extrapolam o teto constitucional, além de fixar prazo de 60 dias para que Executivo, Legislativo e Judiciário — nas esferas federal, estadual e municipal — revisassem pagamentos considerados irregulares.

Em outra decisão, Gilmar Mendes também botou um freio nos penduricalhos e estabeleceu que qualquer pagamento adicional a membros do Judiciário e do Ministério Público só poderá ocorrer com previsão legal aprovada pelo Congresso Nacional. Para o decano da Corte, a proliferação dessas verbas criou um “enorme desequilíbrio” nas remunerações do serviço público.

O tema também vem sendo discutido por uma comissão técnica formada por representantes dos Três Poderes, que avalia a criação de uma lei nacional para regulamentar os benefícios. A proposta busca padronizar regras e eliminar distorções que

Antonio Augusto/STF



No mês passado, o ministro Flávio Dino, do STF, decidiu pela suspensão dos auxílios e gratificações acima do teto por 60 dias

permitam remunerações acima do teto constitucional.

A comissão foi criada logo após as decisões dos ministros, a partir de um encontro com representantes do Supremo, do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal (MPF), que chegaram a elaborar uma proposta para disciplinar o pagamento de verbas indenizatórias e outros benefícios que eram incorporados permanentemente aos salários do funcionalismo.

O objetivo era evitar que esses complementos remuneratórios levassem as remunerações

dos servidores a ultrapassar o teto constitucional, atualmente de R\$ 46,3 mil equivalente ao salário dos ministros do Supremo.

O projeto, chamado de “regra de transição”, foi fruto de mobilização e resultou da pressão de setores do Poder Judiciário contra a suspensão, por 60 dias, do pagamento de penduricalhos, conforme determinado pelo ministro Flávio Dino — medida que seria analisada naquele dia pelo plenário da Corte.

Sobre o tema, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, também chegou a manifestar apoio à

criação de uma lei nacional que estabeleça, de forma clara, quais verbas indenizatórias podem ser pagas no serviço público. A defesa foi apresentada durante reunião no Supremo, onde ela levou as avaliações do Poder Executivo sobre as propostas em discussão no grupo de trabalho instituído pela Corte para tratar dos salários que ultrapassam o teto constitucional, além de uma possível regra de transição.

Segundo comunicado do próprio STF, um dos pontos centrais do encontro foi a necessidade de envio ao Congresso de uma proposta de regulamentação, por meio

de lei, que discipline os pagamentos de indenizações e outros benefícios no serviço público.

Ainda de acordo com a Corte, o presidente do STF, Edson Fachin, ressaltou as contribuições apresentadas por representantes dos três Poderes no debate sobre o teto e a construção de uma regra de transição.

Após sete reuniões, o grupo de trabalho deve concluir suas atividades com a elaboração de uma nota técnica, prevista para ser divulgada na próxima semana. O julgamento, inicialmente marcado para o fim de fevereiro, foi adiado por Fachin, justamente, para

permitir o aprofundamento das discussões com os demais Poderes.

Impacto bilionário

Em meio ao julgamento que busca impor limite aos supersalários, levantamento do pesquisador Sérgio Guedes-Reis, encomendado pela República.org, divulgado neste fim de semana, aponta que a revisão dos “penduricalhos” nas carreiras jurídicas pode gerar economia de R\$ 186,4 bilhões, em 10 anos. O estudo analisou remunerações da magistratura, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública e concluiu que os chamados supersalários são impulsionados por verbas indenizatórias que permitem ultrapassar o teto constitucional de R\$ 46,3 mil.

Segundo o pesquisador, esse limite passou, na prática, a ser o piso dessas carreiras. Os dados mostram que, apenas na magistratura, 86,3% dos juízes e pensionistas receberam acima do teto, em 2025, totalizando R\$ 12,6 bilhões em valores excedentes. A remuneração média anual foi de R\$ 1,08 milhão, o equivalente a cerca de R\$ 90,4 mil mensais — 95% acima do limite constitucional.

O levantamento também revela que 637 magistrados e pensionistas receberam mais de R\$ 2 milhões no ano passado. No cenário internacional, o estudo indica que os 7,4 mil juízes mais bem pagos do Brasil recebem mais do que todos os cerca de 53 mil magistrados de 10 países analisados no estudo, como Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido, mesmo considerando a paridade do poder de compra.

Em um horizonte mais amplo, a economia estimada com a adoção de regras mais rígidas pode chegar a R\$ 578 bilhões em 20 anos.

FEDERAÇÃO

RJ fica sem governador

Com a renúncia do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), marcada para hoje, o estado entra em uma situação institucional incomum. Sem vice-governador no cargo, o comando do Executivo fluminense será assumido, interinamente, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto.

Pela linha sucessória, a função deveria ser ocupada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). No entanto, o deputado Rodrigo Bacellar (União) está afastado do cargo, por conta de denúncias de envolvimento com o narcotráfico, o que levou à solução excepcional.

A saída ocorre às vésperas da retomada do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que pode cassar o mandato de Castro e torná-lo inelegível por oito anos.

O placar no TSE estava em dois votos a zero pela cassação. O julgamento foi interrompido, após pedido de vista do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques, e deve ser retomado na próxima quarta-feira.

A cerimônia de despedida de Castro está prevista para a tarde de hoje, no Palácio Guanabara. O governador é investigado por abuso de poder político e econômico, além de conduta vedada a agentes públicos durante a campanha eleitoral. O processo aponta suspeitas de uso da estrutura do governo, especialmente por meio de contratações na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj), para favorecer sua reeleição.

Nos bastidores, aliados avaliam que a renúncia pode reduzir os impactos políticos imediatos de uma eventual cassação e preservar espaço para uma candidatura futura, possivelmente ao Senado. Ainda assim, o processo pode seguir e resultar na inelegibilidade do governador.

Com a saída, caberá ao presidente do TJ-RJ convocar uma eleição indireta na Alerj para escolha

Fernando Frazão/Agência Brasil



Cláudio Castro renuncia às vésperas de julgamento sobre cassação no TSE

do novo governador, que ficará no cargo até o fim do mandato.

O processo, porém, ainda envolve incertezas. Decisões recentes do STF suspenderam regras aprovadas para esse tipo de eleição, o que deixa indefinidos pontos como o formato da votação e os critérios a serem adotados.

Adversário político, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), criticou a decisão e classificou a renúncia como tentativa de evitar punição judicial.

“Encerramento de mandato nada. Trata-se de um governador omisso fugindo da Justiça”, escreveu. Em outra publicação, afirmou esperar que o TSE não aceite “esse tipo de manobra”.

Renúncia em MG

O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), renunciou ao cargo, ontem, e transmitiu o comando do estado ao vice, Mateus Simões (PSD). Durante a

cerimônia, adotou tom eleitoral e fez críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao relembrar sua gestão iniciada em 2019, Zema afirmou que pretende levar sua experiência administrativa ao plano nacional. “Ninguém aguenta mais a farra da corrupção, ninguém aguenta mais viver com medo, ninguém aguenta mais a conta não fechar no fim do mês”, disse.

Em discurso mais incisivo, afirmou que “o Brasil está sendo destruído” e atribuiu os problemas do país ao que chamou de “sistema”. Apesar de se apresentar como pré-candidato à Presidência, ele é citado nos bastidores como possível vice em uma chapa da direita — hipótese que nega.

Empossado no cargo, Mateus Simões defendeu a continuidade da gestão e prometeu dar sequência a projetos iniciados, além de buscar apoio político para avançar com a agenda do governo mineiro. (WL)



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

100%LED

MAIS MODERNIDADE EM TODO O DISTRITO FEDERAL.



Com 100% das vias públicas em LED, o Distrito Federal ganha uma iluminação mais eficiente, moderna e presente em cada rua, em cada história, em cada momento.

E isso é só o começo da expansão e da melhoria da iluminação pública, para o nosso DF brilhar ainda mais.

O DISTRITO FEDERAL BRILHA COM VOCÊ.

FALE COM A CEB IPes

**61 3774-1155**

**PELO 155**

**APP ILUMINA DF**

**CEBIPes**

Iluminando os caminhos de Brasília